



INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

RESOLUÇÃO 03/2025 DE 15 DE AGOSTO DE 2025

DISPÕE SOBRE A CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E SERVIDORES DO ITUPREV – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU, PARA PAGAMENTO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITU - ITUPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.702, de 25 de abril de 2025, que autoriza o Executivo Municipal a efetuar descontos em folha de pagamento para fins de consignação;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, a operacionalização dos descontos facultativos relativos a empréstimos, financiamentos e outras operações de crédito para aposentados e pensionistas,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada, no âmbito do RPPS, a consignação em folha de pagamento de aposentados, pensionistas e servidores do ITUPREV, para desconto de valores referentes a:

- I- Pagamento de empréstimo pessoal ou financiamento;
- II – operações realizadas por meio de cartão de crédito consignado ou cartão consignado de benefício, incluindo compras e saques;
- III – aquisição de bens ou serviços junto a estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços, devidamente cadastrados junto ao Ituprev ou por intermédio de empresa contratada para intermediar tais operações de crédito.

Parágrafo único. Somente as empresas que mantenham contrato vigente com o ITUPREV, nos termos da Lei Municipal nº 1.750, de 27 de maio de 2015 e Lei Municipal nº 2.702, de 25 abril de 2025, poderão solicitar as averbações de que trata a presente resolução.

Art. 2º As consignações facultativas obedecerão aos seguintes limites:

- I – Até **10% (dez por cento)** para empréstimos rotativos mediante cartão de crédito;



INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

- II – até **10% (dez por cento)** para amortização de compras e saques com cartão consignado de benefício;
- III – até **30% (trinta por cento)** para empréstimos e demais consignações facultativas.

Parágrafo único. O somatório das consignações facultativas não poderá exceder o limite máximo legal permitido para descontos sobre o benefício mensal do aposentado ou pensionista.

Art. 3º Em caso de descumprimento dos limites fixados no art. 2º, será de responsabilidade exclusiva da instituição consignatária ou do agente autorizador o débito excedente.

Art. 4º As instituições consignatárias que operem com cartão consignado de benefício deverão:

- I – Ser aderentes à Autorregulação de Crédito Consignado da FEBRABAN;
- II – garantir que as parcelas do saque emergencial tenham valor fixo, sem incidência de juros rotativos;
- III – informar previamente ao beneficiário o **Custo Efetivo Total – CET**;
- IV – conceder gratuitamente, no mínimo, os seguintes benefícios: seguro de vida, assistência funeral, descontos em farmácias e telemedicina;
- V – limitar a formalização de saques a **70% (setenta por cento)** do limite do cartão.

Art. 5º As solicitações de averbação das consignações facultativas deverão ser realizadas exclusivamente por meio eletrônico, através do sistema de eletrônico de consignação utilizado pelo RPPS, mediante comando que assegure a confidencialidade dos dados.

§ 1º As instituições financeiras ou entidades consignatárias ao solicitar a reserva de margem no sistema, deverão anexar no sistema de averbação, a carta de autorização para contratação de consignado, devidamente assinada pelo contratante (física ou digitalmente), ou comprovante digital de contratação através de senha pessoal do contratante;

§ 2º A fim de garantir a validação das autorizações pelos aposentados e pensionistas, o ITUPREV, após a liberação da margem no sistema eletrônico de consignação, enviará uma mensagem digital para o beneficiário/contratante, informando sobre a autorização da consignação, solicitando que caso não reconheça a operação, que entre em contato imediato com o ITUPREV.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Superintendência do RPPS, observada a legislação municipal e federal aplicável.



**INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itu/SP, 15 de Agosto de 2025.

Ruy Jacques Ceconello

Superintendente